

PROJETO DE LEI Nº 5.358, DE 2001

Dispõe sobre a complementação da aposentadoria dos empregados da Casa da Moeda do Brasil e dá outras providências.

Autor - Deputado Simão Sessim

Relator-Substituto - Deputado José Pimentel

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame pretende garantir aos empregados da Casa da Moeda do Brasil - CMB que tenham sido integrados aos seus quadros até 31 de dezembro de 1975, e que optaram pelo regime da CLT, direito a complementação de aposentadoria, calculado com base na diferença entre as remunerações fixadas pelo Plano de Cargos da empresa, devida aos servidores ativos, e os valores de aposentadoria pagos pelo Regime Geral da Previdência Social.

A proposição assegura o mesmo direito aos servidores já aposentados, e garante o direito ao reajuste da complementação nos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração dos empregados da CMB em atividade. Caberá ao INSS pagar a complementação das aposentadorias, mediante repasse de dotação específica pelo Tesouro Nacional.

O relator emitiu parecer pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária do projeto de lei e da emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família, na forma proposta em Substitutivo; tendo sido rejeitado pela maioria dos membros da Comissão, fomos designados, na forma regimental, para proferir novo parecer.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000), nos termos do RICD arts. 32, IX, h e 53, II, bem assim em relação ao disposto na Norma Interna desta Comissão que "estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira", aprovada em 29 de maio de 1996.

Da análise da proposição, entendemos que é inadequada do ponto de vista orçamentário e financeiro. Ofício da Casa da Moeda do Brasil ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Moedeira e Similares, de 12 de agosto de 2003, informa que o total da diferença de aposentadoria, referente aos 513 aposentados enquadrados nas condições, a ser pago pelo Tesouro Nacional, corresponderia a quase R\$200 mil mensais, R\$2,4 milhões anuais, portanto. Haveria ainda outros 175 funcionários a se aposentarem até 2010.

Trata-se, pois, de despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, nesta condição, necessita obedecer às condições ali especificadas, o que não ocorreu no caso sob exame.

Por sua vez, o § 5º do art. 195 da Constituição Federal, estabelece que "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total", disposição esta que também não foi observada.

Por oportuno, cumpre ressaltar que o art. 10 da Lei nº 5.895, de 1973, que transformou a CMB em empresa pública, deu a opção aos cedidos do Ministério da Fazenda de permanecerem nesta condição. Ademais, o § 2º do mesmo artigo determinou a transferência para o então INPS das contribuições feitas pelos servidores do antigo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Por fim, acrescente-se que o regime próprio do servidor público apresenta enorme déficit, estimado em R\$31,4 bilhões em 2003, com a previsão de contínuo aumento nos anos seguintes. A reforma previdenciária, cujo objetivo é torná-lo sustentável, foi recém aprovada na Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado Federal. Não parece razoável, neste contexto, criar novos encargos ao Tesouro Nacional.

Por todo o exposto, o nosso voto é pela inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.358, de 2001, e da emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2003.

Deputado José Pimentel
Relator-Substituto